



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéa – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**Inspeção realizada na 1ª Vara de Tráfico da Comarca de
Fortaleza/CE**

RELATÓRIO

Portaria nº 09/2019/CGJCE

Desembargador Corregedor Geral da Justiça:

Desembargador Teodoro Silva Santos

Juiz Corregedor Auxiliar:

Dr. César Morel Alcântara

1 IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO (dados coletados do FICOVI)	
Processo	CPA 8500887-98.2019.8.06.0026
Unidade	1ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza
Entrância	Especial
Endereço	Av. Desembargador Floriano Benevides, 220
Período da Correição	16/04/2019
Portaria	09/2019

2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS (dados coletados do FICOVI)	
Nome: WELTON JOSÉ DA SILVA FAVACHO	Matrícula:
<input checked="" type="checkbox"/> Juiz de Direito <input type="checkbox"/> Juiz Substituto <input type="checkbox"/> Titular <input checked="" type="checkbox"/> Respondendo	
Exercício cumulativo: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais? 2ª VARA DE EXECUÇÕES PENAIS
Ingresso na Magistratura:	Ingresso na Vara: 12/12/2018
O juiz reside na Comarca?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O juiz estava presente nos dias da correição?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
O Juiz exerce a função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não CSP E COMITE BENS APREENDIDOS
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
O Juiz exerce a função de magistério?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

3 SECRETARIA – QUADRO DE PESSOAL (dados coletados do FICOVI)		
3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS	TOTAL	01
ROBERTA BARBOZA SABOIA		
3.2 OFICIAIS DE JUSTIÇA	TOTAL	00
NÃO		
3.3 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS	TOTAL	03
JOSÉ ELIEZIO GOMES		
HELDER LOPES DA COSTA		
ANTONIO OTACILIO ASSIS DE ABREU		
3.4 AUXILIARES JUDICIAIS	TOTAL	00

6.1 ESTRUTURA FÍSICA E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL	
O espaço é adequado e suficiente para o desenvolvimento das atividades do juízo? (X) Sim () Não	
Possui acessibilidade? (X) Sim () Não	
Estrutura física: () Ótima (X) Boa () Regular () Péssima	
Reclamações/constatações:	

6.2 MOBILIÁRIO	
Mobiliário:	(X) Suficiente () Insuficiente
Estado de conservação do mobiliário?	(X) Bom () Regular () Péssimo
Reclamações/constatações:	

6.3 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	
Equipamentos à disposição:	(X) Suficiente () Regular () Insuficiente
Reclamações/constatações:	

6.4 MATERIAL DE EXPEDIENTE	
Há falta de material de expediente?	() Sim (x) Não
Reclamações/constatações:	

7 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (dados coletados do FICOVI)	
Quantos processos administrativos estão em curso na unidade:	0
Quantos processos administrativos disciplinares estão em curso na unidade	0
Processos são cadastrados no CPA	(X) Sim () Não

8 DA DISTRIBUIÇÃO (dados coletados junto à unidade inspecionada)	
Há servidor específico para realizar a distribuição dos processos?	() Sim (X) Não
Há ações pendentes de distribuição?	() Sim (X) Não
Se sim, quanto ações estão pendentes de distribuição	

9 DAS CUSTAS FINAIS (dados coletados junto à unidade inspecionada)	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	(X) Sim () Não

10 SISTEMAS PROCESSUAIS UTILIZADOS NA VARA (dados coletados junto à unidade inspecionada)	
Processos Físicos	() SAJ Físico
Processos Digitais	(X) SAJPG () PJe

11 DO ACERVO PROCESSUAL – Considerando dados obtidos no SEI em 01 de abril de 2019.	
Acervo na data da inspeção:	1354

12 PRODUTIVIDADE (dados coletados do Sistema SEI)	
12.1 Gestão de desempenho (Ano: 2019)	
Processos novos	277
Processos pendentes de julgamento	1172
Processos julgados	95
Processos pendentes de baixa	1354

Processos baixados	125	
Taxa de congestionamento	69,79	
12.2 Gestão do acervo (Mês: Março/ Ano:2019) - Considerando dados obtidos no SEI em 01 de abril de 2019.		
Processos conclusos para sentença	83	
Processos julgados e não baixados	184	
Processos entrados no mês	34	
Processos julgados no mês	20	
Processos baixados no mês	39	
12.3 Processos prioritários		
Réu Preso	Pendente de Julgamento	346
	Pendente de Baixa	394
Idoso/Réu Preso	Pendente de Julgamento	3
	Pendente de Baixa	3
Idoso	Pendente de Julgamento	1
	Pendente de Baixa	1

13 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO (dados coletados do SAJpg, considerando que o Magistrado entrou em exercício na Unidade em Janeiro/2019, bem como considerando que o Magistrado usufruiu do período de férias no mês de fevereiro/2019.)

Produtividade – SAJpg – Janeiro/2019 a Abril/2019 – Consoante Relatório Gerencial de Vara - 1ª Vara de Tráfico:

Despachos **111**

Decisões **251**

Sentenças com resolução de mérito **75**

Sentenças sem resolução de mérito **0**

Sentenças de homologação de acordos **0**

Sentenças de extinção de punibilidade **1**

Suspeições e/ou impedimentos declarados **0**

Sessão do júri **0**

Audiências marcadas para o Juiz **136**

Audiências realizadas **133**

Autos conclusos para sentença há mais de 100 dias **0**

Autos conclusos para ato judicial diverso de sentença há mais de 100 dias **0**

Improbidade Administrativa **0**

Crimes Contra a Administração Pública **0**

14 SITUAÇÃO GERAL DOS PROCESSOS (dados coletados do FICOVI)

14.1 PROCESSOS CONCLUSOS

Para Sentença	51
Para Decisão	28
Para Despacho	15
Liminares Pendentes de análise	00
É feito algum controle em processos no qual é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	() Sim (X) Não

Se sim, como é feito esse controle?

14.2 PROCESSOS PARALISADOS (dados coletados do SEI)

Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias	21
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias	8
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias	15
Total	44

15 GERENCIAMENTO DE PROCESSOS (dados coletados junto a unidade inspecionada)

15.1 NA SECRETARIA	
Gestão Estratégica	
Com que frequência são verificados os processos com prazos excedidos?	<input checked="" type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> não é feito controle.
É feito um monitoramento nos processos prioritários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique: REUS PRESOS TEM ANALISE PRIORIZADA
É feito um monitoramento nos processos paralisados?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique: CARENCIADA DE SERVIDOR
É feito um acompanhamento do tempo de prisão dos presos provisórios e definitivos?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique: CARENCIA DE SERVIDOR
Gestão de Processo de Trabalho	
Os processos conclusos são imediatamente remetidos ao Gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique: ACOMPANHAMENTO DIÁRIO
A divisão do trabalho é feita:	<input type="checkbox"/> por dígito do processo <input type="checkbox"/> por matéria <input checked="" type="checkbox"/> por tarefa/caixas.
Os servidores realizam atos ordinatórios?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Como é feita a abertura de Malote Digital	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de autos com carga?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Periodicidade: NÃO EXISTE MAIS
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Periodicidade: FALTA DE SERVIDOR
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Periodicidade:
É utilizado o BNMP 2.0?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Existe algum problema (demora) no cumprimento de mandados de prisão?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Quantidade de Mandados pendentes de cumprimento:	NÃO EXISTE UMA ESPECIFICA NO SISTEMA PARA ACOMPANHAMENTO
Há presos cumprindo prisão provisória ou definitiva na Delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há dificuldades na condução de presos para as audiências?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique: UMA VEZ QUE CHEGAM SEMPRE ATRASADOS PARA O ATO!
Há processos prontos para realização de Sessão do Tribunal do Júri?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Quanto? NÃO TEMOS COMPETENCIA

O apazamento de audiências preliminares do Juizado Criminal é feito com o auxílio da delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Por que? NÃO TEMOS COMPETENCIA
O agendamento de audiências é feito na Secretaria?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique: AGENDAMENTO ELETRONICO
Há conciliador nomeado?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique: NÃO TEMOS COMPETENCIA
Conciliador é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há demora na realização de perícias?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique: DEPENDE DA PEFOCE
A Secretaria adota alguma boa prática que merece ser destacada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não Explique: DECISAO QUE GERA MANDADO DE CITAÇÃO DE FORMA AUTOMATICA
A unidade possui todos os livros obrigatórios (art. 33, Prov. n 01/2007)	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Gestão de Pessoas	
O juiz estabelece alguma meta para ser cumprida pela Secretaria?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O juiz realiza reuniões periódicas para avaliação das rotinas de trabalho / resultados?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique: OBSERVA QUE OS EXPEDIENTES ESTAO DENTRO DA NORMALIDADE
Quantos servidores trabalham na Secretaria e quantos são bacharéis em direito:	4 SERVIDORES 2 BACHAREIS
Satisfação do Cliente	
Como é feito o atendimento ao público?	<input type="checkbox"/> servidor específico <input checked="" type="checkbox"/> revezamento
Existe livro próprio para anotação das reclamações feitas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Foi realizada alguma reclamação no último ano?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
É feita alguma análise das reclamações efetivadas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
15.2 NO GABINETE	
Gestão Estratégica	
Os processos com prioridade e urgência são analisados com que frequência?	<input checked="" type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> não é feito controle
Existe algum critério na ordem de julgamentos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, qual? REUS PRESOS <input type="checkbox"/> não, por que?
Há planejamento/controlado de prazos para prolação de sentenças?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
Há plano de gestão na Vara?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?

O grupo de descongestionamento foi na unidade nos últimos 12 meses?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, período: 12/07/2018 A 10/05/2019 <input type="checkbox"/> não
Gestão de Processo de Trabalho	
A divisão de trabalho é feita:	<input checked="" type="checkbox"/> por ato judicial (despacho, decisão, sentença) <input type="checkbox"/> por classe processual (matéria)
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos prioritários?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos paralisados?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
O Magistrado adota alguma boa prática que mereça ser destacada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique: JULGAMENTO EM AUDIENCIA
É realizada pesquisa de endereço / bens do devedor através do Sistema da Receita Federal?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
É realizado pedido de bloqueio de bens através do Sistema BacenJud?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema RenaJud é utilizado, assim como o SERASAJUD?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema SIEL (do TRE) é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O Infoseg é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistac é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que? HA COMPETENCIA
Gestão de Pessoas	
Há Assistente designado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O assistente é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
À exceção do Assistente, tem servidores ou estagiários auxiliando o Juiz no gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, quantos? UM ANALISTA E UM ESTAGIARIO <input type="checkbox"/> não
O Juiz estabelece alguma meta de produtividade a ser cumprida no Gabinete?	<input type="checkbox"/> sim, qual? <input checked="" type="checkbox"/> não
O Juiz realiza reuniões periódicas para acompanhamento e avaliação das rotinas de trabalho / reavaliação / resultados?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que? OBSERVA QUE OS EXPEDIENTES ESTAO DENTRO DA NORMALIDADE

16 AUDIÊNCIAS – ÚLTIMOS 12 MESES (dados coletados junto ao FICOVI)	
Total de Audiências realizadas	
Audiências cíveis realizadas	
Audiências criminais realizadas	723
Audiências infância e Juventude realizadas	

Audiências de custódia realizadas	
Processos aguardando a designação de audiências	03
Processos aguardando a realização de audiência	894
Audiência designada com a data mais distante	11/03/2021
Tempo médio para realização das audiências	1H

17 PROCESSOS INSPECIONADOS

18 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA - Gerencial da Vara – Processos conclusos para sentença – constam 49 – em 16 de abril de 2019, às 09:21.

Recomenda-se ao Magistrado observância do artigo 400 do CPP e seguintes, com realização de debates orais, e, quando possível, prolação de sentença em audiência.

Processo	Movimentação
0103160-69.2018.8.06.0001	Vistos em inspeção. Audiência realizada em 22 de outubro de 2018. Memoriais protocolados em novembro de 2018.
0117048-42.2017.8.6.0001	Vistos em inspeção. Audiência realizada em 11 de março de 2019. Memoriais protocolados pela Defensoria Pública em 26 de março de 2018. Providenciar impulso oficial.
0131931-28.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção Memoriais do advogado da ré protocolados em março de 2019. Providenciar impulso oficial.
0182179-95.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Audiência realizada em 20 de setembro de 2018. Processo concluso para sentença desde outubro de 2018. Providenciar impulso oficial.
0186275-22.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção. Providenciar impulso oficial, comunicando à CGJ no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
0187704-24.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção. Minuta de sentença elaborada em 05 de abril de 2019, aguardando assinatura/liberação. Providenciar impulso oficial.
0800751-21.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Parecer do MP em novembro em 19 de novembro de 2018, requerendo que seja declarada extinta a punibilidade do acusado, tendo em vista seu óbito. Providenciar impulso oficial.
0219587-57.2015.8.06.0001	Vistos em inspeção. Memoriais apresentados pela Defensoria Pública em fevereiro do corrente ano. Providenciar impulso oficial.

19 RÉU PRESO

Processo	Movimentação
0154571-25.2016.8.06.0001	Feito em ordem. Audiência já agendada. Verificar possibilidade de antecipar a audiência diante da prioridade de tramitação. Réu preso.
0191345-20.2017.8.06.0001	Feito em ordem. Observar prioridade de julgamento.
0023571-62.2017.8.06.0001	Réu já colocado em liberdade, segundo decisão judicial retro oriundo da 18ª Vara Criminal de Fortaleza. Réu solto. Necessidade de retificação e retirada da tarja identificadora de réu preso. Remessa ao juízo competente diante do declínio de competência para julgamento do réu aqui requerente.
0110633-43.2017.8.06.0001	Feito recentemente despachado. Necessidade de incrementar o número de audiências na unidade, antecipando-se a pauta. Audiência agendada para outubro de 2020.
0218182-83.2015.8.06.0001	Feito já julgado e com trânsito em julgado. Expedientes. Movimentação no sistema.

19.1 CARTAS PRECATÓRIAS

Processo	Movimentação
0017680-26.2018.8.06.0001	Precatória cumprida. Necessidade de expedientes e movimentação da baixa.
0023049-98.2018.8.06.0001	Perda do objeto da precatória. Necessidade de devolução com movimentação do sistema, aguardando-se nova precatória, caso ainda subsista necessidade. Comunicar à CGJ em 45 dias andamento processual.
0025828-60.2017.8.06.0001	Perda do objeto da precatória. Prazo estipulado pelo magistrado para retorno de ofício do juízo deprecante encerrado. Devolução com movimentação, aguardando-se nova precatória caso ainda subsista interesse. Informar à CGJ em 45 dias movimentação do feito.

0033790-37.2017.8.06.0001	Precatória antiga. Ausência de resposta do juízo deprecante. Perda do objeto. Devolução com movimentação do sistema. Informar à CGJ em 45 dias andamento do feito.
0030063-07.2016.8.06.0001	Precatória com tramitação lenta. Necessidade de cobrança da resposta do juízo deprecante por outros meios, inclusive telefônicos. Informar à CGJ andamento do feito em 45 dias.

19.2 PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 01 (UM) ANO

Processo	Movimentação
1069857-77.2000.8.06.0001	Feito já julgado. Necessidade de expedientes, inclusive confirmar se o mandado de prisão foi inserido no BNMP 2.0. Urgência. Informar à CGJ em 45 dias o andamento processual.
0920324-44.2000.8.06.0001	Feito já julgado e com trânsito em julgado após análise de recurso. Necessidade de movimentação para o arquivo e baixa. Informar em 45 dias à CGJ movimentação.
0547617-34.2012.8.06.0001	Feito já julgado com trânsito em julgado, mas parado desde que retornou do Egrégio TJCE. Necessidade de impulso. Urgência. Informar à CGJ em 45 dias movimentação.
898748-92.2000	Processo físico. Regularizar situação.
0929965-41.2000	Processo físico. Regularizar situação.
1066975-45.2000	Processo físico. Regularizar situação.
83547-49.2007	Processo físico. Regularizar situação.
121826-70.2008	Processo físico. Regularizar situação.
36929-36.2013	Processo físico. Regularizar situação.
1086922-85.2000	Processo físico. Regularizar situação.
455800-20.2011	Processo físico. Regularizar situação.

19.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO Gerencial da Vara – Processos concluídos para despacho – constam 11 – em 16 de abril de 2019, às 09:21.

Processo	Movimentação
0164037-72.2018.8.06.0001	Vistos em inspeção.
0105792-34.2019.8.06.0001	Vistos. Minuta em elaboração aguardando assinatura/liberação.
0105298-72.2019.8.06.0001	Vistos em inspeção.
0032350-06.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção.
0188428-91.2018.8.06.0001	Vistos. Minuta em elaboração aguardando assinatura/liberação.

19.4 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO Gerencial da Vara – Processos concluídos para sentença – constam 42 – em 16 de abril de 2019, às 09:21.

Processo	Movimentação
0783979-80.2014.8.06.0001	Vistos. Providenciar impulso oficial.
0210186-39.2012.8.06.0001	Vistos. Providenciar impulso oficial, comunicando à CGJ no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
0175385-24.2017.8.06.0001	Vistos. Providenciar impulso oficial, comunicando à CGJ no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
0173584-73.2017.8.06.0001	Vistos. Providenciar impulso oficial, comunicando à CGJ no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
0157434-80.2018.8.06.0001	Vistos em inspeção.
0122996-28.2018.8.06.0001	Vistos em inspeção.
0113755-30.2018.8.06.0001	Vistos em inspeção.

19.5 PROCESSOS COM PRIORIDADE (ESTATUTO DO IDOSO) - Gerencial da Vara – Processos em andamento (prioridade estatuto do idoso) – constam 03 – em 16 de abril de 2019, às 12:00.

Processo	Movimentação
0168114-27.2018.8.06.0001	Vistos em inspeção.

0185093- 98.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção.
-------------------------------	---------------------

20 PROCESSOS JULGADO/TRANSITADO - Gerencial da Vara – constam 102 processos – em 16 de abril de 2019, às 12:04.

Recomenda-se a análise dos referidos processos, determinando seu arquivamento.

Processo	Movimentação
0768775- 93.2014.8.06.0001	Vistos. Processo julgado. Analisar possibilidade de baixa processual, tendo em vista que encontra-se julgado.
0771055- 37.2014.8.06.0001	Vistos. Processo julgado. Analisar possibilidade de baixa processual, tendo em vista que encontra-se julgado.

21 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS DO CNJ (dados coletados do FICOVI)

21.1 Meta 1

A Unidade não vem atendendo a Meta 1 do CNJ no ano de 2019 (**34,30%**), sendo também não atingida no ano de 2018 com o percentual de **38,89%**, conforme dados extraídos do SEI.

21.2 Meta 2

Quantitativo nesta situação pendente de julgamento – Consoante dados da Unidade:

129

21.3 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO CONFERÊNCIA

Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência: Sim Não

Possui sala específica para a videoconferência? Sim Não

Cadastro no SIMAVI foi realizado: Sim Não

Já realizou audiência por videoconferência: Sim Não

22 NORMATIVOS IMPORTANTES

Normativo	Conteúdo
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.
Provimento nº 01/2016/CGJCE	Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para o recambiamento de presos que se encontram recolhidos em estabelecimentos penitenciários de outros Estados da Federação.

23 RECOMENDAÇÕES

23.1	Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2018.
23.2	Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial, e, comunicando, quando for o caso, a esta Casa Censora;
23.3	Providenciar impulso oficial mais célere às Cartas Precatórias, estabelecendo procedimento uniforme nos casos de perda do objeto da precatória ou insuficiência de tempo para cumpri-la. Deve ainda o magistrado estabelecer lapso temporal limite para tramitação de cartas precatórias na Unidade.
23.4	Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais
23.5	Acompanhar os prazos prescricionais das ações penais, envidando esforços para que audiências não sejam redesignadas e que os feitos não fiquem paralisados por tempo demasiado.
23.6	Realizar mutirões de audiências nos processos simples que possibilitam o julgamento em lote na própria audiência (audiências temáticas), o que pode incrementar a produtividade da unidade e abreviar a prestação jurisdicional.
23.6.1	Aumentar o número de audiências realizadas, agendando, inclusive, para o período da manhã, processos envolvendo réus em liberdade, quando impossível a escolta dos mesmos ou uso da videoconferência.
22.7	Observar o disposto no §4, do artigo 411 da Lei Adjetiva Penal, buscando maior celeridade no feito e, salvo nas questões de alta complexidade, abrindo ao final da instrução a palavra as partes para alegações orais, seguidas da respectiva sentença quando possível.
22.8	Movimentar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias que se encontram no gabinete da unidade, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;
23.7	Apresentar um plano de ação para o julgamento dos processos que estão conclusos para sentença, cuja relação (retirada do SEI) segue em anexo a este relatório;
22.10.	Decidir questões incidentais, por exemplo: relaxamento de prisão, descumprimento de medida cautelar, em procedimento apartado e dependente ao principal, de modo a não tumultuar a sequência de atos do processo principal.
22.11.	Elaborar plano concreto para imprimir efetivo andamento as ações criminais de réu solto, mormente processos envolvendo delitos graves e/ou próximos de prescrever.
22.12.	Utilizar sistema SEI como ferramenta de gestão, estabelecendo metas individuais para os servidores.
24 CONCLUSÃO	
<p>Unidade com problemas, mas sem necessidade de repercussões na esfera disciplinar, feitas recomendações para o magistrado em responsabilidade sanear a vara no prazo indicado:</p> <p>Pelo que fora minuciosamente relatado, há de se reconhecer que a prestação jurisdicional da 1ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza não se encontra satisfatória.</p>	

Deve ser salientado que os feitos estão tramitando com morosidade, em virtude da ausência do Magistrado Titular da Unidade, considerando que este se encontra como Juiz Corregedor Auxiliar desta Casa Censora desde o ano de 2017.

Merece destaque, ainda, que quando o Magistrado Ernani Pires Paula Pessoa Júnior restou convocado para, com prejuízo das funções, exercer o cargo de Juiz Corregedor Auxiliar no Biênio 2017/2019 (Portaria ° 110/2017), o acervo da Unidade inspecionada totalizava 528 processos (certidão acostada aos autos).

Atualmente, consoante o SEI, a Unidade possui 1354 feitos em tramitação, sendo observado um aumento considerável dos feitos, quase o triplo da quantidade de feitos.

Por outro lado, não podemos deixar de consignar que é de conhecimento desta Casa Censora que o atual Magistrado responsável pela 1ª Vara de Tráfico encontra-se em respondência recente, não sendo coerente imputar tal responsabilidade ao Dr. Welton José da Silva Favacho.

Todavia, em razão da realidade posta, é preciso trabalhar com prioridades, sendo certo que **a unidade inspecionada deve imprimir maior atenção aos processos vinculados à Meta 2, bem como àqueles feitos paralisados por mais tempo**, de modo a promover uma maior ênfase às garantias constitucionais da celeridade processual e da duração razoável do processo.

Assim, é de bom alvitre que a unidade apresente um **plano de gestão para incrementar o número de julgamentos, principalmente nos feitos insertos na Meta 2 do CNJ, bem como visando movimentar todos os processos que se encontram parados há mais de 100 dias**.

Nesse passo, deve informar uma previsão para julgamento daqueles feitos que já se encontram conclusos, de modo a possibilitar que, mesmo não sendo alcançada esta meta ao final do ano, pelo menos existam esforços possíveis para se chegar próximo ao objetivo.

Cabe o destaque que a reforma processual penal de 2008 acolheu o princípio da concentração dos atos, com a previsão de audiência única, com oitiva de testemunhas, interrogatórios, debates e sentença.

Essas inovações buscaram conferir agilidade ao procedimento penal, com a otimização do processo, valorizando a necessidade de um desfecho em tempo aceitável, o mais rápido possível.

O art. 400 do CPP destaca a necessidade da unicidade da audiência (§ 1º - “*numa só audiência*”), com a prática de todos atos instrutórios, quais sejam, oitiva de testemunhas, debates orais e julgamento.

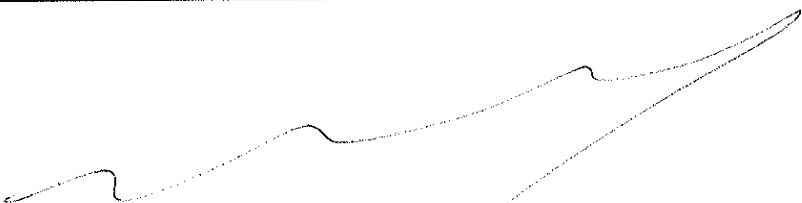
Portanto, diante da demora verificada para o julgamento de alguns processos, bem como da utilização da audiência fracionada, sobretudo em relação às alegações finais (em forma de memoriais escritos) e sentença, **é essencial que a unidade utilize a audiência única e somente determine a apresentação de memoriais escritos nas hipóteses dos arts. 403, § 3º, e 400 do CPP.**

Nessa senda, constatou-se que não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade censória desta Corregedoria.

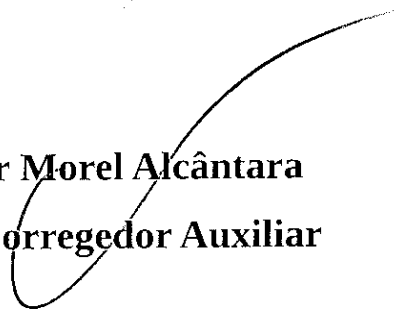
Os esforços do Magistrado à frente da Unidade, ressaltando-se o número considerável de audiências realizadas, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais. As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório ao magistrado, que, em cumprimento ao Provimento nº 006/2007-CGJ/CE, deve apresentar respostas as recomendações listadas e corrigir as pendências verificadas, no prazo de 45 dias, comunicando a esta Casa Censora as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.



Welton José da Silva Favacho
Juiz de Direito



César Morel Alcântara
Juiz Corregedor Auxiliar